



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 9 DE OUTUBRO DE 2013

STA. LUZIA DO ITANHI

## Prefeitura é denunciada

O Sindicato dos Servidores do Município de Santa Luzia do Itanhi (Sindsluzi) oficializou na última segunda-feira, 7, denúncia ao Ministério Público de irregularidade no pagamento dos salários dos servidores públicos. Entre as denúncias há a de uma me-rendeira que está sem receber salário há dois meses.

O presidente do Sindsluzi, Anderson Francisco da Silva, relata que em julho o prefeito Paulo César Ribeiro Sotero propôs parcelar o pagamento dos servidores, mas o sindicato não aceitou. Desde então o pagamento tem sido feito de forma irregular. Alguns servidores recebem primeiro, outros ficam mais de 10 dias sem salário e sem qualquer definição de quando irão receber.

Revoltados com o atraso no pagamento, enfermeiros, médicos, assistentes sociais e demais profissionais que atuam no Programa de Saúde da Família cruzaram os braços no dia 7 de outubro.

A indefinição sobre o assunto levou o sindicato a acionar o Ministério Público. "É uma situação revoltante. O servidor concursado trabalha

o mês inteiro para sustentar sua família e nunca sabe quando vai receber seu salário, que por força de lei deve ser pago no último dia útil de cada mês", protestou o presidente do Sindsluzi, Anderson Francisco da Silva.

Como o problema atinge todos os trabalhadores de Santa Luzia do Itanhi, no dia 4 de setembro o Sindsluzi e Sintese se reuniram para construir um ato público, realizado no dia 6 de setembro. A manifestação surtiu efeito, pois no mesmo dia os secretários de Finanças e Controle do município conversaram com os trabalhadores e efetuaram o pagamento de uma parcela dos servidores. Os demais continuaram esperando a remuneração.

Além da irregularidade no pagamento do salário, o Sindsluzi denuncia a remoção de trabalhadores concursados para povoados distantes sem pagamento do adicional de deslocamento. Segundo Anderson Francisco, estes trabalhadores são substituídos por servidores comissionados para cumprir acordos de campanha.